

A MANIPULAÇÃO DO CONSENSO

TÚLIO MARTINS
Desembargador
tulio@tj.rs.gov.br



No século de Péricles, a cidade de Atenas não tinha um governo formado através da eleição dos governantes; no sistema de então os representantes do povo eram escolhidos por sorteio. Quando algo importante acontecia, os arautos espalhavam a notícia pela cidade, a assembleia do povo se reunia e todos podiam fazer uso da palavra. A função das grandes lideranças políticas era argumentar junto aos atenienses tentando convencê-los a tomar uma ou outra decisão.

A sinceridade e o improviso dominavam os debates, pois havia pouco espaço para articulações políticas, ocultação de informações ou troca de favores. A necessidade de cativar os ouvintes fazia com que os principais atributos de um líder fossem a credibilidade e a capacidade de convencimento. O modelo era tão sofisticado que permitia, por tal processo, que todo cidadão apresentasse, caso quisesse, propostas que deveriam ser discutidas pelos

demais. Contudo, o sistema corria o risco de inviabilizar-se se não houvesse um controle mínimo sobre a razoabilidade das proposições, evitando perda de tempo com ideias bizarras ou questões irrelevantes. A solução encontrada foi a aplicação de penalidades àqueles que abusassem do direito

A sinceridade e o improviso dominavam os debates, pois havia pouco espaço para articulações políticas

com tolices ou sugestões irresponsáveis, casos em que a própria assembleia do povo sancionava o infrator. O outro perigo era o controle emocional da população, levada em algumas ocasiões a deliberar de forma inconsequente e afoita em troca de um alívio momentâneo da dor, de uma espec-

tativa irreal ou de falsas soluções.

Este ponto frágil da democracia era explorado por políticos que identificavam as carências, fraquezas e aspirações do povo e tratavam apenas de agradar à plateia propondo ou prometendo qualquer coisa, sem o mínimo compromisso com a verdade. Os atenienses a um só tempo os amavam e os odiavam; sabiam que eram enganados, mas, às vezes, não conseguiam resistir ao pensamento mágico e à lãbia daqueles que já então eram chamados de demagogos.

O Ocidente se originou da inteligência luminosa dos gregos, de seus sábios, médicos, filósofos, físicos, teatrólogos, poetas e matemáticos. Mas deles também herdamos a demagogia, o poder sem escrúpulos alcançado e exercido pela simples manipulação do consenso; esta é uma ameaça perene a ser enfrentada através de uma humilde autocritica e do reconhecimento sincero de nossos erros e fraquezas.

O MAL NÃO PODE NOS MODELAR

JOSÉ CESAR MARTINS
Sociólogo, empreendedor e produtor do Spincast
jcesar@paradoxa.com.br



O mapa de calor da Fiocruz flagra o colapso. Não fiquei mais indignado do que tenho estado desde o início da pandemia. Como a maioria, exposto à tragédia diária, meu cérebro tenta registrá-la como “normal”. Minha voz moral diz que não é. Mesmo fatigado e com medo, sei que a normalização das mortes não é uma opção civilizada. É preciso resistir à fatalidade e à distopia que difundem barbaridades e colecionam atrocidades pagas com vidas.

Diante da quantificação gráfica da tragédia, meu sentimento escapou na direção do futuro. Como poderemos ter futuro? Não acho que se deva psicologizar a política. Mas observar suas implicações tem a ver com comportamentos e não com fenômenos superiores a nossa capacidade de reagir.

A humanidade incorporou o aprendizado vicariante, de pais e líderes, porque ele faz mais bem do que mal. Quando o pai é imprestável, podemos nos construir em oposição a ele. Se não estivermos aniquilados. Líderes são referências vicariantes que nos modelam. Se um presidente é ruim, a democracia tem mecanismos para substituí-lo. Os “filhos” sabem disso, e o líder não modelará os liderados.

Se o líder é pervertido e os liderados estão à mercê da morte impulsionada por ele, a dor pode ser tanta que a necessidade de sobrevivência psíquica gera a captura espiritual dos liderados. Pensemos na psicologia de massas do nazifascismo, da revolução cultural maioísta e do stalinismo, e saberemos que genocídio é um mal humano. Na história, não foram poucos os momentos em que homens comuns participaram de massacres como se fosse normal.

Uma parte da sociedade sob trauma tende a abraçar a tragédia e mergulhar na loucura. Sair deste circuito exige medidas práticas e simbólicas. Derrotar o molestador é a preliminar para encerrar o surto de loucura coletiva.

Por isso, as sociedades democráticas criaram mecanismos para apurar, julgar e punir genocidas. Eles podem surgir, mas dormirão em dúvida sobre quando serão chamados ao banco dos réus em Haia, já sem o clamor das hordas que os chancelaram.

Quando isso acontecer, poderemos nos reconciliar e sonhar com o futuro.

Derrotar o molestador é a preliminar para encerrar o surto de loucura coletiva

REFORMA DE MELO ATACA DIREITOS E NÃO MELHORA CONTAS DA PREFEITURA

ALEXANDRE DIAS ABREU
Diretor-geral do Simpa
alexandrediasa65@gmail.com



O prefeito Sebastião Melo tem se dirigido à população para tentar explicar o inexplicável. De diversas formas, inclusive por campanha publicitária paga com dinheiro público, vem procurando convencer os porto-alegrenses de que a reforma da previdência dos servidores é necessária para melhorar as contas e os serviços da cidade. Ocorre que isso não é verdade e não há razão para haver reforma.

Em 2001, diante da necessidade de rever a forma de concessão das aposentadorias, foi sugerida à prefeitura a constituição de dois fundos: o regime de repartição simples – RRS (para quem ingressou até 9/9/2001) e o de capitalização (para quem entrou a partir de 10/9/2001). Os valores do recolhimento das alíquotas dos servidores do RRS seriam utilizados para pagar a aposentadoria dos vinculados a este sis-

tema. O que faltasse seria o complemento da prefeitura, pago como forma de saldar a sua dívida. Portanto, não há déficit, mas uma dívida da prefeitura. Já o sistema capitalizado é superavitário em mais de R\$ 108 milhões.

Outro problema é que a pre-

O governo não apresentou estudos nem cálculo atuarial que demonstrem a necessidade de tais mudanças

feitura, na nossa opinião, comete erros e ilegalidades no projeto. A proposta de alteração de idade para futuros servidores não resolve o suposto desequilíbrio de caixa, principal justificativa de Melo para fazer a reforma, porque os futuros novos servidores vão compor um sistema de ca-

ADELTO ROHR
Diretor previdenciário do Previmpa (2008 - 2009)
adeltorohr@hotmail.com



pitalização que é superavitário e não tem relação com o aporte mensal feito para pagar a aposentadoria do RRS.

Além disso, o governo não apresentou estudos nem cálculo atuarial que demonstrem a necessidade de tais mudanças. É importante destacar que a emenda constitucional que instituiu a reforma em âmbito federal autoriza Estados e municípios a alterar as regras da previdência desde que comprovado desequilíbrio financeiro e atuarial.

Porém, há mais dois fortes motivos para defendermos a retirada do projeto de tramitação: parte considerável dos servidores atacados em seus direitos por esta proposta está na linha de frente do combate à covid-19, se arriscando para atender a população e neste momento, a prefeitura deveria centrar esforços na defesa da vida contra a pandemia.